ARTIGO DE PESQUISA

Uma análise da produção científica de artigos acadêmicos da geografia brasileira sobre o trabalho doméstico feminino de 1939-2020

An analysis of the scientific production of academic articles in Brazilian geography on women's domestic work from 1939 to 2020

Un análisis de la producción científica de artículos académicos en la geografía brasileña sobre el trabajo doméstico de las mujeres entre 1939 y 2020

AMANDA RIBEIRO BEZERRA

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

JOSELI MARIA SILVA

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Recebido em: 29/04/2025
Aprovado em: 25/04/2026
Editora responsável: Grace B. Alves

Como citar (ABNT)
RIBEIRO BEZERRA, Amanda; SILVA, Joseli Maria. Uma análise da produção científica de artigos acadêmicos da geografia brasileira sobre o trabalho doméstico feminino de 1939-2020. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 22, n. 47, e20102, 2026. DOI: 10.5418/ra2026.v22i47.20102. Disponível em: https://doi.org/10.5418/ra2026.v22i47.20102. Acesso em: XX mês abreviado 20XX.

Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional CC BY – permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

A Revista da ANPEGE não se responsabiliza por opiniões, ideias e conceitos emitidos pelos autores dos textos, assim como por conflitos de interesse entre autores, financiadores, patrocinadores e outros eventualmente envolvidos e/ou citados nos textos. Os autores asseguram que atendem as políticas editoriais e que o artigo não viola direitos autorais e que não há plágio no trabalho, responsabilizando-se pela utilização de fotos, imagens, remissões e traduções, entre outros materiais.

RESUMO: O artigo tem por objetivo analisar a produção científica de artigos acadêmicos da geografia brasileira, entre 1939 a 2020, sobre o trabalho doméstico feminino. Apesar da categoria de trabalhador(a) doméstico(a) tenha sido regulamentada apenas na segunda década do século XXI no Brasil, esta é uma profissão antiga e as pessoas que trabalham nessa atividade são majoritariamente mulheres negras e pobres que enfrentam processos de precarização de suas condições laborais. O trabalho doméstico envolve dois elementos pouco comuns à abordagem da Geografia brasileira, o espaço doméstico e as mulheres e, por esse motivo, consideramos essencial apreender como o tema tem sido abordado. Nesse artigo, ao explorarmos a produção científica do trabalho doméstico, trazemos a identificação das autorias dos trabalhos, palavras-chave utilizadas, título, bem como os temas que foram abordados sobre o trabalho doméstico feminino e suas fontes de publicação científica. Para isso, foi realizado um levantamento a partir do banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira, mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais, que concentra artigos publicados em periódicos da Geografia brasileira. A partir da filtragem de 30.994 artigos publicados entre 1939 a 2020, constatamos que são as mulheres que mais produziram sobre o tema, chegando a 70% das autorias identificadas. O trabalho doméstico foi estudado do ponto de vista do desempenho da atividade econômica, com 90% da produção envolvendo o tema 'trabalho'. Além disso, o Sudeste é a região que mais se destacou nessa produção temática com 80% do conjunto de artigos encontrados. Consideramos que o tema, mesmo recente na produção geográfica brasileira, caracteriza-se como um avanço de um fazer científico que tende a incorporar, cada vez mais, abordagens de gênero, raça e classe e sujeitos/as por muito tempo ausentes dos debates acadêmicos.

Palavras-chave: Gênero; Trabalho doméstico; Ciência; Poder.

ABSTRACT: The article aims to analyze the scientific production of academic articles in Brazilian geography on women's domestic work between 1939 and 2020. The category of domestic worker was only

regulated in the second decade of the 21st century in Brazil. The people who work in this activity are mostly black and poor women who face precarious working conditions. Domestic work involves two elements that are uncommon in Brazilian geography: domestic space and women. In this article, we explore the scientific production of domestic work and identify the authors of the works, as well as the themes that have been addressed in relation to women's domestic work and their sources of scientific publication. To do this, a survey was carried out using the database of the Observatory of Brazilian Geography, maintained by the Territorial Studies Group, which concentrates articles published in Brazilian geography journals. After filtering 30,994 articles published between 1939 and 2020, we found that it was women who produced the most on the subject, accounting for 70% of the authorships identified. Domestic work was studied from the point of view of the performance of economic activity, with 90% of production involving the theme of 'work'. In addition, the Southeast is the region that stands out most in this thematic production, with 80% of the articles found. We believe that this theme, although recent in Brazilian geographic production, is characterized as an advance in scientific practice that tends to incorporate more and more gender, race and class approaches and subjects that have long been absent from academic debates.

Keywords: Gender; Domestic work; Science; Power.

RESUMEN: El artículo tiene como objetivo analizar la producción científica de artículos académicos en la geografía brasileña sobre el trabajo doméstico de las mujeres entre 1939 y 2020. La categoría de trabajadora doméstica sólo fue reglamentada en la segunda década del siglo XXI en Brasil. Las personas que trabajan en esta actividad son en su mayoría mujeres negras y pobres que enfrentan condiciones laborales precarias. El trabajo doméstico involucra dos elementos poco comunes en la geografía brasileña: el espacio doméstico y las mujeres. En este artículo, exploramos la producción científica sobre el trabajo doméstico e identificamos los autores de los trabajos, así como los temas que han sido abordados en relación con el trabajo doméstico de las mujeres y sus fuentes de publicación científica. Para ello, se realizó

un relevamiento utilizando la base de datos del Observatorio de Geografía Brasileña, mantenida por el Grupo de Estudios Territoriales, que concentra artículos publicados en revistas brasileñas de geografía. Después de filtrar 30.994 artículos publicados entre 1939 y 2020, constatamos que fueron las mujeres las que más produjeron sobre el tema, representando el 70% de las autorías identificadas. El trabajo doméstico se estudió desde el punto de vista del desempeño de la actividad económica, con un 90% de la producción en torno al tema "trabajo". Además, el Sudeste es la región que más se destaca en esta producción temática, con el 80% de los artículos encontrados. Creemos que esta temática, aunque reciente en la producción geográfica brasileña, se caracteriza por ser un avance en la práctica científica que tiende a incorporar cada vez más enfoques y temas de género, raza y clase que han estado ausentes durante mucho tiempo de los debates académicos.

Palabras clave: Género; Trabajo doméstico; Ciencia; Poder.

Introdução

Este trabalho tem por objetivo analisar a produção científica de artigos acadêmicos da geografia brasileira sobre o trabalho doméstico feminino entre 1939-2020. Tal proposta de investigação deve-se ao fato de que, apesar do trabalho doméstico das mulheres como categoria profissional ter sido reconhecido apenas recentemente no Brasil, através da PEC 72/2013 ("PEC das Trabalhadoras Domésticas") e da Lei nº. 150/2015, essa profissão sempre esteve presente na sociedade brasileira, com uma imensa quantidade de pessoas envolvidas nessa atividade (Saffioti, 1979).

Apesar de a profissão ser realizada por homens e mulheres, o trabalho doméstico ainda é atrelado a um trabalho feminino e de baixo status social (Saffioti, 2013). Embora a regulamentação tenha proporcionado um avanço na garantia de direitos e de melhores condições de trabalho e proteção social, ainda predomina a informalidade no emprego doméstico em razão de questões socioculturais. O gênero, a raça e a classe são elementos que envolvem as características do desempenho da profissão e são as mulheres negras e pobres os grupos mais vulnerabilizados socialmente.

Deste modo, enquanto os homens se concentram nos serviços fora do espaço da casa, como nas tarefas de jardineiro e motorista particular, as mulheres voltam-se ao ambiente privado. São elas que realizam atividades como a limpeza da casa, lavagem de roupas, produção de comida, cuidados com as crianças, idosos, entre outros. O trabalho doméstico feminino exacerba as relações de exploração da mão de obra feminina com a naturalização de papéis elaborados socioculturalmente (Federici, 2021).

Desde o primeiro censo demográfico, efetuado no Brasil em 1872 (Saffioti, 1979) até os dias atuais, o trabalho doméstico apresenta-se como uma profissão feminina, ou seja, exercida de forma majoritária por mulheres. Atualmente este setor é formado predominantemente por mulheres de baixo nível de escolaridade e classe social (Ávila, 2009; Costa, 2017), em geral, negras (IBGE, 2023; Berth, 2019), moradoras de bairros periféricos e mães (Bezerra, 2021). Estas particularidades fazem com que estas mulheres sejam interseccionadas por características que incidem agudamente em suas relações com os espaços, como o vivenciam, observam, produzem e o reproduzem.

Além da necessidade de compreender este importante segmento social do trabalho, há de se apontar que a geografia brasileira tem desenvolvido nas últimas décadas um avanço na perspectiva de gênero que pode ser ampliada com a contribuição dessa pesquisa.

Para cumprir este objetivo, foi realizado um levantamento dos artigos científicos no Observatório da Geografia Brasileira, mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE) da Universidade Estadual de Ponta Grossa, do qual faço parte. Este observatório é composto por 30.994 artigos científicos, que compõem 98 periódicos online, mantidos por instituições geográficas que cobrem um período de 1939 a 2020. O procedimento de busca foi realizado pelas palavras-chave: trabalho feminino; trabalho doméstico; trabalho de mulheres; doméstica; empregada doméstica; casa e trabalho, onde cada termo investigado foi lançado individualmente no buscador. Desse levantamento foram obtidos apenas 10 artigos, que são analisados nesse texto.

O trabalho está organizado em duas seções. Na primeira seção discutimos a ideia de produção científica e de como determinados temas são posicionados de forma periférica nas relações de poder que estruturam o campo

científico da geografia brasileira. Na segunda seção evidenciamos as diferentes formas com que a abordagem sobre o trabalho doméstico feminino foi tratada pelo campo geográfico brasileiro.

2 Geografia brasileira, produção científica e abordagem de gênero no trabalho

Quando falamos do campo ou da produção científica da Geografia é muito comum que venha à memória os principais conceitos trabalhados por essa ciência ou mesmo o nome de autores considerados "fundadores", "consagrados" ou "clássicos" (Bourdieu, 2004). Essa ação que ocorre naturalmente em pesquisadores que estão iniciando sua jornada acadêmica ou mesmo por aqueles que já têm uma longa caminhada científica, por vezes, reproduz um fazer científico que não reconhece subjetividades e existências, como afirma a geógrafa Doreen Massey (1993).

A problemática que levantamos neste tópico envolve a produção científica geográfica, considerando que a epistemologia dos principais conceitos usufrui de traços androcêntricos, mantidos nas práticas do fazer científico e nas concepções teóricas. Esse modelo epistêmico renegou, a um segundo plano, questões consideradas minoritárias, como as pautas raciais e de gênero, por exemplo, impactando diretamente nos estudos dos conceitos geográficos, como o espaço e sua produção.

Essa compreensão parte da leitura de teóricos como Aníbal Quijano (2005) e Walter Mignolo (2020 [2000]) que sustentam como o fazer científico foi extremamente influenciado e impactado por relações de poder existentes desde a constituição da América e do capitalismo colonial e moderno. Os autores afirmam que as implicações dessa colonialidade têm sido perversas porque transpassam hierarquias materiais e simbólicas, e se estruturam, também, de forma duradoura e estável, na epistemologia científica.

Isso tem repercutido em como o poder tem sido utilizado na ciência para definir o que é produzido e quais conhecimentos são válidos (Bourdieu, 2004), em uma espécie de totalitarismo e violência epistêmica, estruturados pela colonialidade do poder, do saber e do ser (Quijano, 2005; Mignolo, 2020). Abafando saberes, linguagens, signos e códigos heterogêneos em prol de uma universalidade científica e eurocentrada, práticas e narrativas de corpos generificados, racializados e sexuados foram consideradas inferiores, inválidas e sem prestígio científico.

Compreendemos que a ciência é construída por pessoas comuns, que se relacionam socioespacialmente e influenciam e são influenciadas por fatores como gênero, raça, etnia, classe social, geração, religião, localização espacial entre outros. Nesse sentido, a não compreensão de gênero nos conceitos fundantes do espaço ou de outros conceitos geográficos demonstram haver uma legitimação teórica que desconsideram a metade da humanidade, como dizem Janice Monk e Susan Hanson (2010 [1982]), revelando que há relações de poder na produção científica geográfica mundial e, consequentemente, no Brasil.

Tendo em vista o caráter basilar do conceito de espaço e como tal definiu e define as pesquisas de geografia no Brasil, cabe aqui uma breve discussão sobre as geometrias de poder que estruturam a Geografia brasileira (Massey, 1993; 2000). Doreen Massey (1993), ao discorrer sobre como as análises dos conceitos enfatizam a visão de mundo e da época de cada autor, afirma que ocorre uma aceitação geral de explicações conceituais a depender do prestígio e reconhecimento do autor.

Marcada pelo uso quase obrigatório, na literatura conseguinte, de termos e expressões cunhadas, tem-se a origem de um jogo científico pautado no poder, em hierarquias e resistências que deixam "heranças" e efeitos nos sentidos dos conceitos, como do espaço. Para Massey (1993; 2000), quando se validou que a compreensão e a experiência humana do espaço se sustentam no capitalismo e no seu desenvolvimento, foram deixados de fora os outros fatores que influenciam essa experiência, como a raça e o gênero.

Tamires Cesar e Joseli Silva (2021) corroboram com a autora e afirmam que o espaço geográfico foi narrado com base em hierarquias e representações simbólicas e conceituais masculinizadas. Isso impactou diretamente na produção geográfica como um todo, enfatizando não somente um pensamento masculino, mas, ainda, invisibilizando as mulheres nos campos científico e prático das relações cotidianas.

Essa compreensão também é argumentada nos estudos singulares de Joseli Silva (2003; 2009a; 2009b), Tamires Cesar (2019) e Vagner Pinto (2017; 2022) que denunciam como os componentes dessas geometrias de saber/poder invisibilizam vivências e discursos. Tais posições de poder abafam e afastam produções científicas que exploram temas marginais de periódicos de impacto, sendo, por vezes, desconsiderados pela tradição científica geográfica (Silva et al, 2023).

Concordamos com Mignolo (2020) quando afirma que ocorreu e ocorre um processo de subalternização de saberes, que são desqualificados pelos processos de colonização. Por esta razão, deve ser realizado um movimento de resistência, em especial no fazer científico, cujo alvo seja a superação do paradigma da modernidade-colonialidade que define qual conhecimento é considerado verdadeiro e válido.

Deste modo, a compreensão dos conceitos geográficos deve considerar os contextos históricos, culturais, econômicos e políticos dos intelectuais que os propuseram e os firmaram no conhecimento geográfico. Cientes disso, Monk e Hanson (2010 [1982]) denunciaram como a Geografia, produzida no contexto anglófono, omitia as mulheres das pesquisas e, quando o faziam, tinham um viés sexista. Todavia, passados mais de 40 anos desde a reivindicação, pelas autoras, dos estudos feministas na Geografia, a questão de gênero ainda é vista como ilegítima.

Essa ilegitimidade ocorre em razão da falsa objetividade, universalidade e neutralidade na construção do pensamento científico, proposta por aqueles que possuíam o poder hegemônico. Assim disseminaram-se discriminações sobre quais sujeitos seriam foco dos estudos e que bases teóricas e temáticas deveriam ser utilizadas para serem consideradas pertencentes à Geografia (Massey, 2000).

Destarte, como salientam Cesar e Silva (2021), um vasto campo de saberes e culturas permaneceram renegados do mundo científico, impactando profundamente no conhecimento produzido sobre o espaço e na compreensão das relações socioespaciais cotidianas. Desta maneira, as noções e produções a respeito do espaço geográfico por muito tempo discutiram como as relações sociais humanas produziam e reproduziam-se nos espaços segundo as classes sociais de indivíduos e grupos, de modo generalizante.

Desconsiderando fatores como o gênero, raça e etnia, geração, origem espacial e entre outros, foram dispensados dos debates geográficos grupos minoritários, subalternizados ou vulnerabilizados. O problema que decorre do discurso universalizante, que ainda permanece enraizado em uma parte da produção científica geográfica brasileira, está na subtração das especificidades desses marcadores que impactam como indivíduos e grupos lidam, consomem e produzem os diferentes espaços (Rodó-de-Zárate, 2021).

Ocultados das compreensões espaciais, os vemos serem resumidos à compreensão enquanto "moradores das cidades", cujas identidades são apagadas em prol da generalização dos sujeitos (Silva, 2003). É essa ciência, produzida sob o peso da tradição científica, do poder hegemônico e hierárquico, da dominação do pensamento anglófono centrado num viés patriarcal, androcêntrico, racista, classista, positivista e etc., que dita as regras do que falar ou de quem possui autorização para falar, que criticamos.

Nossa convicção é que o fazer científico geográfico precisa considerar os diversos marcadores sociais e, estes, precisam ser pensados de forma interligada ou interseccional. Atualmente o campo das geografias subversivas brasileiras explora um arcabouço teórico e metodológico que rompe com o modelo epistemológico hegemônico, utilizando teorias que possibilitam dar vozes a sujeitos/as e grupos sociais por muito tempo silenciados ou ausentes.

A abordagem de gênero, deste modo, além das demais teorias, como das racialidades, sexualidades e decolonialidade, enfrentam a chamada geopolítica do conhecimento que tem definido o fazer científico geográfico, não somente na escala internacional, mas também nacional (Silva et al, 2023). No cenário brasileiro, os diversos subcampos de estudo da ciência geográfica, como a geografia do trabalho, foram influenciados por essa tradição epistemológica, levando a tendências de reprodução de conceitos e discursos hegemônicos.

Apesar de ter passado pelo modelo descritivo e sofrido influências das correntes positivista e tecnicista, a produção científica da geografia brasileira atual está associada ao pensamento marxista, também conhecida como geografia crítica. Com a influência da tradição marxista, diversas pesquisas foram desenvolvidas no campo geográfico, principalmente relacionados ao trabalho e propriedade.

Reconhecendo a existência das diferenças e da luta de classes, o trabalho se tornou central na produção marxista, entretanto não o trabalho generificado. De acordo com Antonio Thomaz Júnior (2011 [2002]), o trabalho, na Geografia, passou a ser teorizado a partir das relações econômicas, dos conceitos de mais-valia ou circunscrito ao sentido de força de trabalho, analisando o sujeito, escrito no masculino, como o representante da sociedade nas relações com o espaço ou natureza.

Com pesquisas e debates ainda centrados no pensamento androcêntrico e hegemônico, as mulheres e as questões que as/nos envolvem foram deixadas de lado na geografia do trabalho. Tratadas como coadjuvantes ou generalizando-as em termos como "sujeito", "homem", "trabalhador", "proletário/proletariado" e entre outros, o trabalho feminino e o trabalho doméstico feminino foram lidos a partir da dinâmica do modo de produção capitalista.

Tais compreensões coadunam com o que Massey (1993; 2000) afirma sobre como o senso que se tem sobre o espaço, o lugar e outros conceitos geográficos têm seguido ideias etnocentradas e voltadas apenas para as ações do capital de sua internacionalização. Para a autora, quando se utilizam nas pesquisas apenas o capitalismo e o seu desenvolvimento como as únicas ou principais explicações sobre as experiências humanas no espaço, perde-se da questão conceitual a diferenciação social, que a abordagem de gênero, por exemplo, é capaz de oferecer.

Segundo Thomaz Júnior (2011), na Geografia, o tema do trabalho esteve restrito a alguns pesquisadores que, sozinhos ou atrelados a grupos de pesquisas recentes, realizam o debate das relações que incidem no mundo do trabalho. Isso confirma o que temos atentado, de que a produção científica no Brasil, realizada por um grupo

marcado por privilégios sociais, econômicos, políticos e acadêmicos, tem seguido e reproduzido vieses incapazes de abarcar sujeitos/as atravessados por diferentes marcadores.

Essa ciência do poder tem estado presente na Geografia do Trabalho, demarcando recortes temáticos e determinando pesquisas. Processos produtivos, formas de contratação, projetos organizativos e de ação política, (re)divisão técnica do trabalho, agro-hidro-minero-negócio, mecanização agrícola, conflitos territoriais, espoliação urbana, para falar alguns, tem sido temas recorrentes nesse subcampo.

Tendo como papel fundamental uma abordagem ampla e profunda do papel do trabalho na produção e construção social do espaço, a Geografia do Trabalho ainda abafa, ausenta e/ou invisibiliza análises que propõem discutir as questões de gênero. Ao seguir o jogo de vaidades, se tem nesse campo da ciência a limitação de investigações, a definição do que a categoria trabalho deve estudar e o silenciamento de produções consideradas ilegítimas.

Mesmo com essas geometrias de poder enraizadas nas pesquisas da Geografia brasileira, estudos pioneiros que abordaram o gênero na categoria de trabalho foram feitos. O principal exemplo dessa ruptura foi realizado pela professora Rosa Ester Rossini que, em 1988, escreveu a tese de livre-docência intitulada “Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista”, abrindo o caminho para a inserção da teoria de gênero nesse campo.

Analisando como a participação de mulheres na força de trabalho no campo estava em constante crescimento, a autora demonstrou, entre outras questões, que as mulheres, através do trabalho, produziam e reproduziam o espaço. Ainda, ao longo da pesquisa, Rossini (1988) atenta para como a noção de trabalho pensado pelas mulheres campesinas muda e deixa de ser visto apenas como uma ideia de ajuda ou colaboração.

Esse pontapé inicial influenciou outras pesquisas no campo do Trabalho, como os de Terezinha Brumatti Carvalhal. Ao defender sua dissertação de mestrado, em 2003, com o título “A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente-SP”, a autora demonstra como a abordagem de gênero serve à perspectiva geográfica e como as relações de poder existentes implicam nas relações sociais com o espaço.

Em sua dissertação, Carvalhal (2003) revela como nas associações sindicais as mulheres ocupam cargos considerados secundários, indicando que as questões de gênero que definem tarefas e funções para as mulheres também estão presentes nos espaços de organização social. Além disso, a não adoção de políticas voltadas às mulheres, conforme sustenta a autora, gerou um inconformismo das trabalhadoras, que não se sentiam representadas ou pertencentes aos sindicatos, levando à uma diminuição de sua participação e aversão a questões políticas.

Continuando com a abordagem de gênero no campo da Geografia do Trabalho, Carvalhal defende, em 2009, a tese de doutorado sob o título “Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR”. Nessa pesquisa, a autora aponta as contradições existentes entre o trabalho produtivo em domicílio e o trabalho reprodutivo doméstico, realizando entrevistas com mulheres costureiras e bordadeiras que exerciam o trabalho de confecção no espaço doméstico, este contratado por empresas ou de forma avulsa.

Ao revelar como os arranjos do capital tem utilizado a mão de obra feminina e precarizado o trabalho domiciliar a partir da idealização neoliberal, Carvalhal (2009) sustenta em sua tese que há uma exploração do trabalho domiciliar feminino, onde as indústrias mantêm uma estratégia de redução de custos passando-os para as

trabalhadoras que arcariam com a energia elétrica, aluguel, manutenção e compra de maquinário específico e entre outros.

A autora demonstra, ainda, como a inserção feminina no mercado de trabalho não afastou das mulheres o exercício das funções domésticas, o cuidado com os filhos ou de outros membros da família. Postulando que a realização do trabalho domiciliar, atrelado às condições de gênero e classe, gerava um sobretrabalho para essas mulheres, Carvalhal (2009) aponta as contradições do mundo do trabalho e a exploração capitalista pautada no gênero.

O início do século XXI passa, então, a despontar outras pesquisas que relacionam as questões de gênero à Geografia do Trabalho, entretanto são parcas as contribuições que focam no trabalho doméstico feminino. Mesmo com novas produções científicas e trajetórias acadêmicas de pessoas centrais voltadas à abordagem de gênero, ainda se mantém recorrente o desconhecimento dessas narrativas na Geografia brasileira.

Nesse sentido, buscando superar a invisibilidade do fazer científico que se propõe em ampliar o debate do Trabalho a partir da perspectiva de gênero, apresentamos no próximo tópico as produções geográficas brasileiras sobre o trabalho doméstico feminino. Analisando artigos publicados em periódicos online ligados à Geografia, discutimos como o trabalho doméstico realizado por mulheres tem sido abordado frente às geometrias de poder estabelecidas.

3 Abordagem do trabalho doméstico feminino pela geografia brasileira entre 1939-2020

Para a análise de como o trabalho doméstico feminino, como categoria profissional, tem sido abordado pela produção científica geográfica brasileira realizamos um levantamento de artigos científicos a partir do banco de dados do Observatório da Geografia Brasileira (OGB). Esse Observatório, mantido pelo Grupo de Estudos Territoriais (GETE), compreende um conjunto de 30.994 artigos que compõem 98 periódicos online classificados pela área de Geografia, cobrindo o período de 1939 a 2020, até o momento.

As revistas estão classificadas no Sistema Qualis-Capes e qualificadas nos estratos A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, com base na avaliação do quadriênio 2013-2016. O procedimento de busca foi realizado utilizando as palavras-chave: trabalho feminino; trabalho doméstico; trabalho de mulheres; doméstica; empregada doméstica; casa e trabalho, pesquisando-se cada termo de forma individual. Esse levantamento inicial nos revelou 44 artigos que compreendem o universo do trabalho doméstico e das questões de gênero, cujos parâmetros de busca ora apareciam no título, resumo ou nas palavras-chave, o que corresponde a 0,0014% do total.

Com o primeiro levantamento, encontramos diversas pesquisas com temáticas variadas a partir do parâmetro "doméstica", especialmente em torno do campo da violência doméstica contra mulheres ou crianças, políticas de enfrentamento a esse crime e ações na saúde pública, dilemas envolta das masculinidades violentas, feminicídio e homicídio de mulheres, e entre outros, totalizando 14 artigos.

Além desse tema, pesquisas com enfoque no subcampo da Geografia Agrária e do Trabalho foram encontradas sob as palavras-chave "trabalho feminino" e "trabalho de mulheres", que discutiam o trabalho de mulheres na agricultura familiar, em assentamentos e sindicatos, os conflitos de classe e gênero no campo, o papel das mulheres

no turismo rural, o trabalho industrial, o trabalho no ensino superior, o esgotamento profissional, e a participação em movimentos por moradia, condensando um total de 10 artigos.

A partir dos parâmetros "trabalho doméstico" (16), "empregada doméstica" (3) e "casa e trabalho" (1) encontramos 20 artigos. Como buscamos analisar quantas e quais produções científicas geográficas se debruçavam sobre o trabalho doméstico feminino, enquanto categoria profissional, filtramos de nossas análises os artigos que não tinham relação com esse foco, como aqueles que pesquisavam o trabalho doméstico a partir do trabalho em domicílio. Desta forma, dos 44 artigos totais, apenas 10 têm como foco o trabalho de trabalhadoras domésticas assalariadas, os quais analisaremos nesse texto.

Isso levou ao segundo levantamento, onde categorizamos os artigos segundo os termos: palavras-chave pesquisadas no banco de dados do OGB, título do artigo, autoria, procedência institucional, conceito trabalhado, revista e ano de publicação, apresentados da esquerda para a direita (**Quadro 1**). Na leitura do **Quadro 1**, realizada de cima para baixo, priorizamos apresentar os artigos segundo o ano de publicação, de modo que as pesquisas que se encontram no topo representam os primeiros trabalhos publicados sobre a temática.

A primeira questão que devemos considerar é que, apesar do número de artigos pesquisados sobre trabalhadoras domésticas corresponderem a 22,72% das produções científicas de acordo com as palavras-chaves buscadas e supracitadas, estes equivalem a apenas 0,00032% do universo de 30.994 pesquisas que têm sido escritas e publicadas nos periódicos da Geografia brasileira desde 1939 a 2020.

Este é um percentual muito pequeno se considerarmos que falamos de uma das profissões mais antigas da humanidade, realizada majoritariamente por mulheres, o que nos traz a indagação sobre o porquê que tais questões não são mais problematizadas pela Geografia, e nos confirma o impacto e a pressão estabelecidos pelas geometrias de poder, como afirma Massey (1993; 2000).

Apesar do pequeno número de pesquisas publicadas nas revistas de Geografia do país sobre o trabalho doméstico feminino, observamos que o interesse por essa abordagem tem crescido, como se vê no **Quadro 1**, onde a maior parte das pesquisas foram publicadas a partir da segunda década dos anos 2000.

Em 2008 temos o primeiro registro de artigo científico a respeito do trabalho doméstico feminino com foco nas trabalhadoras domésticas, intitulado "Redefinições do mercado de trabalho na perspectiva da dinâmica geográfica da desterritorialização e reterritorialização das trabalhadoras domésticas de Presidente Prudente", escrito por Silvia Correia e publicado na revista Formação (Online).

O estudo, que envolve trabalhadoras domésticas que realizam serviços domésticos em condomínios fechados, analisa como o descumprimento da legislação é utilizado como mecanismo de controle pelos patrões, como a não contratação legal prescrita pela CLT. Submetendo-as ao não pagamento dos direitos trabalhistas e uma extensa jornada de trabalho, delimitando e controlando o espaço e criando uma dinâmica geográfica de desterritorialização-reterritorialização para as trabalhadoras domésticas, Correia (2008) demonstra como os empregadores se sustentam e promovem relações de poder.

Interessante ressaltar como os conceitos de território, territorialização, desterritorialização e reterritorialização trabalhados por Correia (2008) também são utilizados nos demais artigos publicados posteriormente por esta e por Carmem Lúcia Costa (2015), como veremos adiante. Nesses trabalhos, é nítida a utilização dos escritos de Rogério

Haesbaert, que compreende o território como relacional e enquanto prática de poder, seja simbólico ou explícito (2007).

No ano de 2010, temos na revista Formação (Online) o segundo trabalho de autoria de Silvia Correia. Sob o título "Empregadas domésticas e relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente-SP" o artigo trata sobre os conflitos existentes nas relações de trabalho entre patrões e trabalhadoras domésticas, materializados pelas desigualdades sociais. Expondo as tensões cotidianas, o controle e a exploração da força de trabalho feminina, Correia (2010) demonstra, a partir da categoria Trabalho, a precarização do trabalho doméstico.

Quadro 1. Artigos que abordam o trabalho doméstico feminino em periódicos da Geografia, entre 1939-2020

Palavra-chave	Título do artigo	Autoria	Procedência institucional	Conceito trabalhado	Revista	Ano de publicação
Trabalho doméstico	Redefinições do mercado de trabalho na perspectiva da dinâmica geográfica da desterritorialização e reterritorialização das trabalhadoras domésticas de Presidente Prudente	Silvia Correia	UNESP - Campus Presidente Prudente	Território, desterritorialização; reterritorialização	Formação	2008
Empregada doméstica	Empregadas domésticas e relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente-SP	Silvia Correia	UNESP - Campus Presidente Prudente	Espaço; território; trabalho	Formação	2010
Empregada doméstica	A situação das empregadas domésticas na primeira década do século XXI, no oeste e no sudoeste da região metropolitana de São Paulo	Ailton Luchiari	USP	Trabalho	Revista do Departamento de Geografia	2014
Trabalho doméstico	Trabalho doméstico e trabalho decente no Brasil: uma análise das questões teóricas e das empíricas à luz da PEC 478/2010	Elisangela Luzia Araujo;	UFRGS	Trabalho	Revista GeoNordeste	2014
		Adriana Evarini;	UEL			
		Eliane Cristina Araujo;	UEL			
		Maria de Fátima Garcia;	UEL			
		Rosalina Lima Izepão	UEM			
Trabalho doméstico	A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado	Carmem Lúcia Costa	UFG	Espaço; territorialização	PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho	2015
Trabalho doméstico	"Rumo à cidade": trajetórias laborais de mulheres migrantes em contextos rurais	Guélmer Júnior Almeida de Faria; Maria da Luz Alves Ferreira;	Unimontes	Espaço; migração	Campo-Território: Revista de Geografia Agrária	2018

		Andrea Maria Narciso Rocha de Paula				
Empregada doméstica	O emprego doméstico em Presidente Prudente-SP	Silvia Correia	UNESP - Campus Presidente Prudente	Gênero, sindicatos e precarização do trabalho	Brazilian Geographical Journal	2019
Trabalho doméstico	De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX	Bibiana Conceição Rezende	UNESP - Campus Presidente Prudente	Trabalho; interseccionalidade	PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho	2019
Trabalho doméstico	Feminização dos Circuitos Migratórios: um diálogo entre o trabalho do care, redes sociais e processos de desenvolvimento social	Guélmer Júnior Almeida de Faria	Unimontes	Trabalho; migração; desenvolvimento social	Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero	2019
Trabalho doméstico	A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da Covid-19	Anita Loureiro de Oliveira	UFRRJ	Espaço	Revista Tamoios	2020

Elaborado por: Ribeiro Bezerra e Silva (2026), com base em informações do Observatório da Geografia Brasileira.

Em 2014 encontramos dois artigos publicados. O primeiro, de Ailton Luchiari, se encontra na Revista do Departamento de Geografia, com o título "A situação das empregadas domésticas na primeira década do século XXI, no oeste e no sudoeste da região metropolitana de São Paulo". Esse estudo revela, entre outros, o perfil socioeconômico das trabalhadoras, a partir dos dados do Censo demográfico de 2000 e 2010 realizado pelo IBGE, e denuncia a ocorrência de perda salarial da categoria, que o autor considera como uma resposta dos empregadores na não formalização dessa atividade.

O segundo artigo de 2014 foi publicado na revista GeoNordeste, intitulado "Trabalho doméstico e trabalho decente no Brasil: uma análise das questões teóricas e das empíricas à luz da PEC 478/2010", escrito por Elisangela Luzia Araujo, Adriana Evarini, Eliane Cristina Araujo, Maria de Fátima Garcia e Rosalina Lima Izepão. Utilizando a PNAD para traçar o perfil do trabalho doméstico no país, as autoras evidenciam a alta informalidade na profissão e apontam a importância de uma legislação própria que a regulamente bem como os efeitos adversos que dela podem advir.

Com o artigo "A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado" escrito por Carmem Lúcia Costa em 2015 e publicado na revista Pegada, temos, pela primeira vez, uma produção científica que aborda o trabalho feminino doméstico junto a discussão de gênero e raça. A partir de entrevistas com mulheres que realizam trabalho doméstico por intermédio de empresas terceirizadas, Costa (2015) analisa como as relações de poder relacionadas ao gênero e raça influenciam na exploração da mulher no espaço produtivo e como a terceirização amplia a condição de vulnerabilidades.

Em 2018, com o artigo intitulado ““Rumo à cidade”: trajetórias laborais de mulheres migrantes em contextos rurais”, escrito por Guélmer Júnior Almeida de Faria, Maria da Luz Alves Ferreira e Andrea Maria Narciso Rocha de Paula para a revista Campo-Território, é apresentado como mulheres que migraram do interior para a cidade, em busca de melhores qualidades de vida, encontraram no trabalho doméstico a única possibilidade de fonte de renda. O autor e as autoras analisam

como o aliciamento de meninas pobres, aliada à expectativa de educação e mudança de vida, influenciam em suas escolhas migratórias e como as redes sociais nos meios digitais se revelam importantes para a manutenção do contato com os familiares que ficaram.

No ano de 2019 Silvia Correia publica seu terceiro artigo, agora na revista Brazilian Geographical Journal, mantida pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Com o título “O emprego doméstico em Presidente Prudente-SP”, a autora faz um apanhado da sua dissertação de mestrado, agora adotando como referencial teórico os estudos de gênero. Nesse estudo, Correia (2019) demonstra como o desmantelamento dos sindicatos geram o aumento da precarização das profissionais trabalhadoras domésticas e relaciona as discriminações de gênero, raça e classe como mantenedoras de sua exploração e opressão.

Com o texto “De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX” escrito por Bibiana Conceição Rezende em 2019 para a revista Pegada, nos é apresentado a história social do trabalho segundo Thompson. A autora investiga como a ideia do “não-trabalho” foi inserida na apreensão do trabalho doméstico pela sociedade desde o período escravocrata.

Com o contexto da divisão sexual do trabalho e a tríplice opressão de gênero, raça e classe, Rezende (2019) demonstra como o trabalho doméstico se tornou a única forma possível de assalariamento para mulheres negras recém-libertas, apesar de serem enquadradas como vagabundas por ter como profissão um serviço considerado inferior.

No segundo semestre de 2019 é publicado na Revista Latino-americana de Geografia e Gênero o artigo “Feminização dos Circuitos Migratórios: um diálogo entre o trabalho do care, redes sociais e processos de desenvolvimento social” escrito por Guélmer Júnior Almeida de Faria. O autor discute teoricamente como o trabalho do cuidado foi naturalizado às mulheres, centralizando nelas tarefas reprodutivas. Isso incidiu na maior participação feminina no trabalho doméstico assalariado e garantiu, para mulheres migrantes, uma porta de entrada para o mercado de trabalho.

Em 2020, o trabalho intitulado “A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da Covid-19” escrito por Anita Loureiro de Oliveira é publicado na revista Tamoios. Com uma discussão sobre a espacialidade relacional e o viés corporificado proposto pelas Geografias Feministas, a autora analisa como a maternagem é interseccionada pelo gênero, raça, classe e sexualidade. Implicando em acúmulo de funções e adoecimentos, Oliveira (2020) demonstra o peso dos marcadores no cotidiano de mulheres, em especial assalariadas, expondo a exploração de trabalhadoras domésticas no universo do trabalho de reprodução social.

Vemos, desta forma, diferentes formas de abordagem pela Geografia sobre o trabalho doméstico que, ora o pensa a partir da categoria de Trabalho, sem considerar questões relativas aos marcadores interseccionais, ora o

discute segundo a divisão sexual do trabalho, trazendo o debate do peso sociocultural generificado e racializado. Ao se analisar a produção geográfica brasileira a partir das palavras-chave “trabalho feminino” e “trabalho doméstico”, percebemos como este tem sido estudado na perspectiva da dona de casa, de economia e cuidados familiares, demonstrando ainda a pequena proporção de artigos focados no trabalho doméstico feminino como categoria profissional.

Cabe pontuar que o universo de pesquisas que envolvem as trabalhadoras domésticas são amplas e os estudos geográficos podem destacar temas como a participação feminina no mercado de trabalho, as desigualdades de gênero, raça e classe social nas estruturas do trabalho doméstico remunerado, as relações socioespaciais com a casa e as hierarquias de poder, dominação e exploração que mantêm condições históricas e culturais de violências, violações, migrações, trabalho infantil e trabalho escravo doméstico.

A migração, realizada por grupos vulneráveis, principalmente crianças e mulheres pretas e pardas, de diferentes etnias, vindas de regiões pobres e com baixo nível educacional, é um elemento ligado à naturalização de trabalhos precários para as mulheres, sobretudo, os trabalhos domésticos e apontam situações trabalhistas que reservam à mulher a condição de subalterna. Essa naturalização se liga a práticas de aliciamento ao trabalho escravo e a subnotificação de casos de escravidão envolvendo mulheres, diminuindo os números oficiais e dificultando o combate a essa prática no Brasil.

Além disso, no espaço da casa, o trabalho doméstico remunerado é caracterizado por relações de poder assimétricas. O empregador detém controle sobre o ambiente e muitas vezes regula aspectos da vida das trabalhadoras, modificando as experiências de trabalho doméstico e as apreensões, símbolos e signos construídos sobre a casa onde exercem suas funções. A privacidade e a invisibilidade da casa como local de trabalho tornam essas relações mais difíceis de fiscalizar, perpetuando abusos e explorações.

Como a casa é frequentemente vista como um espaço de intimidade e informalidade, de noção de que as tarefas domésticas são naturais ou instintivas, particularmente para as mulheres, há um reforço à depreciação das trabalhadoras domésticas como profissionais, dificultando o reconhecimento da importância e do valor de seu trabalho, o que contribui para a perpetuação da precarização do trabalho enquanto serviço assalariado.

Essas e outras temáticas mostram que os campos de estudo pela Geografia são amplos e que conceitos basilares, como o espaço, o território, o lugar e a escala estão intrinsecamente ligados ao cotidiano e a vida das trabalhadoras domésticas.

Tais abordagens ainda se mostram recentes e, em nosso levantamento junto ao OGB, as pesquisas estão publicadas de forma majoritária em periódicos classificados nos estratos B1 e B2, com exceção para a “Revista do Departamento de Geografia”, qualificada como A2 no quadriênio 2013-2016. Esse dado demonstra que o tema do trabalho doméstico feminino ainda é invalidado, deslegitimado ou desprestigiado enquanto assunto digno do fazer científico geográfico nas revistas de níveis mais alto do Sistema Qualis-CAPES.

Destacam-se as revistas “Formação (Online)” e “Pegada” como os principais periódicos que ofereceram espaços para esse debate, contendo, cada uma, dois artigos publicados em anos distintos (**Quadro 2**). No **Quadro 2** apresentamos as autorias, a procedência institucional dos autores e autoras, os conceitos trabalhados em cada

pesquisa, as revistas e o ano de publicação, a localização das revistas com relação a universidade que as mantêm, e o Qualis segundo o quadriênio 2013-2016.

Quadro 2. Artigos publicados em periódicos classificados de acordo com o Qualis quadriênio 2013-2016

Autoria	Procedência institucional	Conceito trabalhado	Revista	Ano de publicação	Localização das revistas	Qualis Quadriênio 2013-2016
Silvia Correia	UNESP - Campus Presidente Prudente	Território, desterritorialização; reterritorialização	Formação	2008	UNESP - sudeste	B2
Silvia Correia	UNESP - Campus Presidente Prudente	Espaço; território	Formação	2010	UNESP - sudeste	B2
Ailton Luchiari	USP	Espaço; mercado de trabalho	Revista do Departamento de Geografia	2014	USP - sudeste	A2
Elisangela Luzia Araujo;	UFRGS	Trabalho	Revista Geonordeste	2014	UFS - nordeste	B2
Adriana Evarini;	UEL					
Eliane Cristina Araujo;	UEL					
Maria de Fátima Garcia;	UEL					
Rosalina Lima Izepão	UEM					
Carmem Lúcia Costa	UFG	Espaço	PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho	2015	UNESP - sudeste	B1
Guélmer Júnior Almeida de Faria; Maria da Luz Alves Ferreira; Andrea Maria Narciso Rocha de Paula	Unimontes	Trabalho; migração; espaço urbano	Campo-Território: Revista de Geografia Agrária	2018	UFU - sudeste	B1
Silvia Correia	UNESP - Campus Presidente Prudente	Gênero, sindicatos e precarização do trabalho	Brazilian Geographical Journal	2019	UFU - sudeste	B2
Bibiana Conceição Rezende	UNESP - Campus Presidente Prudente	Trabalho; interseccionalidade	PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho	2019	UNESP - sudeste	B1
Guélmer Júnior Almeida de Faria	Unimontes	Trabalho; migração; desenvolvimento social	Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero	2019	UEPG - sul	B1
Anita Loureiro de Oliveira	UFRRJ	Espaço	Revista Tamoios	2020	UERJ - sudeste	B2

Fonte: Elaborado por: Ribeiro Bezerra e Silva (2026), com base em informações do Observatório da Geografia Brasileira.

Com periódicos publicados mantidos por universidades e grupos de pesquisa, predominantemente, da região sudeste do país (80%), é perceptível como há uma centralidade da produção científica. Escritos de forma majoritária por mulheres na primeira autoria, constatamos que os conceitos e palavras-chave utilizados nos artigos, em geral, referem-se ao espaço, território e territorialização que expõem o caráter da precarização e exploração do mercado de trabalho, bem como a vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas remuneradas.

Percebemos como a necessidade de compreender as relações socioespaciais envolta do trabalho doméstico feminino, em especial o assalariado, a partir do viés geográfico e do recorte interseccional de gênero, raça e classe tem crescido no país. A produção desenvolvida pela geografia brasileira nas últimas décadas em diálogo com as Geografias Subversivas, Geografias Feministas ou Geografia das Sexualidades demonstram um avanço nas pesquisas científicas, que tem se afastado de discursos universalizantes que seguem o modelo epistemológico hegemônico.

4 Conclusões

Este artigo realizou a análise da produção científica de artigos acadêmicos da geografia brasileira sobre o trabalho doméstico feminino entre 1939 a 2020. Neste estudo pudemos constatar que a abordagem do trabalho feminino doméstico é recente, com pesquisas publicadas somente a partir do século XXI.

Os artigos são produzidos de forma majoritária por autoria feminina e têm abordado o espaço, território e territorialidade como conceitos fundamentais na perspectiva geográfica. Destaca-se, também, como as discussões sobre migrações e trabalho escravo foram pensados como marcadores de localização espacial e peso sociocultural que impactam na compreensão social sobre o trabalho doméstico e enquanto forma de inserção feminina no mercado de trabalho.

A discussão do Trabalho manteve destaque em 90% das pesquisas, publicadas, em sua maioria, em periódicos qualificados como B1 e B2. O enfoque nesse subcampo da Geografia impactou nas formas de análises das relações socioespaciais de mulheres trabalhadoras domésticas, onde, em apenas 50% dos trabalhos consultados, foi realizado o debate segundo o recorte de gênero, raça e classe.

Esta característica nos demonstra um avanço científico, apesar de estarmos tratando apenas da metade das produções publicadas. Nosso viés toma por base que, por mais que as abordagens de gênero, raça e classe já tenham debates solidificados desde o século XX, o recente interesse pela geografia brasileira demonstra um caminho de ruptura com as geometrias de poder/saber.

Destacamos como as relações de poder estruturam o campo científico da geografia brasileira e impactam e marginalizam a discussão de determinados temas. A partir da análise de como o trabalho doméstico feminino como categoria profissional tem sido abordado nas pesquisas geográficas, nosso trabalho ampliou essa contribuição, ressaltando a importância de um fazer científico geográfico que abarque sujeitos/as por muito tempo ausentes dos debates acadêmicos.

Contribuições dos autores (CRediT): Concepção: Amanda Ribeiro Bezerra e Joseli Maria Silva; metodologia: Amanda Ribeiro Bezerra e Joseli Maria Silva; análise: Amanda Ribeiro Bezerra; coleta/produção de dados: Amanda Ribeiro Bezerra; escrita (primeira versão): Amanda Ribeiro Bezerra; escrita (revisão e edição): Amanda Ribeiro Bezerra e Joseli Maria Silva; supervisão: Joseli Maria Silva.

Disponibilidade de dados: Os dados colhidos para a produção deste manuscrito se encontram disponíveis nos endereços eletrônicos das revistas citadas, bem como nas referências ao final deste.

Financiamento: Esta pesquisa foi financiada pela CAPES, através de bolsa de estudo do programa de Demanda Social.

Uso de inteligência artificial: Os autores declaram não ter utilizado ferramentas de inteligência artificial de modo relevante na elaboração do manuscrito ou na realização da pesquisa.

Conflito de interesse: Os autores declaram não haver conflito de interesse. Os financiadores não tiveram interferência na concepção do estudo; na coleta/produção, análise ou interpretação dos dados; na redação do manuscrito; ou na decisão de publicar os resultados.

Referências

ARAUJO, Elisangela Luzia, et al. Trabalho doméstico e trabalho decente no Brasil: uma análise das questões teóricas e das empíricas à luz da PEC 478/2010. In: Revista GeoNordeste, v. 25, n. 1, p. 75-96, jan./jul., 2014.

ÁVILA, Maria Betania de Melo. O tempo do trabalho das empregadas domésticas. 319 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

BERTH, Joice. Empoderamento. 1. Ed. São Paulo: Editora Pólen, 2019. 184 p.

BEZERRA, Amanda Ribeiro. A espacialização da violência contra a mulher em São Luís. 189 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Maranhão. São Luís: UFMA, 2021.

BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. Emenda Constitucional nº. 72, de 2 de abril de 2013. Estabelece a igualdade de direitos trabalhistas entre os trabalhadores domésticos e os demais trabalhadores urbanos e rurais. Brasília: DOU, 2013.

BRASIL. Lei Complementar nº. 150, de 1 de junho de 2015. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico e dá outras providências. Brasília: DOU, 2015.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente - SP. 2003. 205 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2003.

CARVALHAL, Terezinha Brumatti. Dinâmica territorial do trabalho domiciliar das mulheres em Terra Roxa/PR. 2009. 295 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade Ciências e Tecnologia, 2009.

CÉSAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira. Gênero, trajetórias acadêmicas de mulheres e homens e a centralidade na produção do conhecimento geográfico brasileiro. 2019. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2019. https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2824

CESAR, Tamires Regina Aguiar de Oliveira; SILVA, Joseli Maria. Geografia brasileira, poder, gênero e prestígio científico. Revista da ANPEGE, [S. l.], v. 17, n. 32, p. 244–258, 2021. https://doi.org/10.5418/ra2021.v17i32.12473

CORREIA, Silvia. Redefinições do mercado de trabalho na perspectiva da dinâmica geográfica da desterritorialização e reterritorialização das trabalhadoras domésticas de Presidente Prudente. Formação (Online), v. 2, n. 15, 2008. https://doi.org/10.33081/formacao.v2i15.617

CORREIA, Silvia. Empregadas domésticas e relações de trabalho nos loteamentos fechados de Presidente Prudente-SP. Formação (Online), v. 2, n. 17, p. 21-42, 2010. https://doi.org/10.33081/formacao.v2i17.436

CORREIA, Silvia. O emprego doméstico em Presidente Prudente-SP: gênero e precarização. Brazilian Geographical Journal, v. 10, n. 2, p. 177–187, 2019.

COSTA, Carmem Lúcia. A territorialização do trabalho de mulheres em empresas terceiras: vida cotidiana e patriarcado. PEGADA - A Revista Da Geografia Do Trabalho, v. 16, n. 2, p. 275-292, 2015. https://doi.org/10.33026/peg.v16i2.3924

COSTA, Francilene Soares de Medeiros. A diarização do trabalho doméstico remunerado no Brasil e os dilemas atuais da (des)proteção social. 2017. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus Presidente Prudente. Presidente Prudente: Unesp, 2017.

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de; FERREIRA, Maria da Luz Alves; PAULA, Andrea Maria Narciso Rocha de. "Rumo à cidade": trajetórias laborais de mulheres migrantes em contextos rurais. Revista Campo-Território, v. 12, n. 27, p. 335-355, ago. 2018. https://doi.org/10.14393/RCT122714

FARIA, Guélmer Júnior Almeida de. Feminização dos Circuitos Migratórios: um diálogo entre o trabalho do care, redes sociais e processos de desenvolvimento social. Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero, v. 10, n. 2, p. 24-41, 2019. DOI: https://doi.org/10.5212/Rlagg.v.10.i2.0002

FEDERICI, Silvia. O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 208 p.

HAESBAERT, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. GEOgraphia, v. 9, n. 17, p. 19-46, 2007. https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2007.v9i17.a13531

LUCHIARI, Ailton. A situação das empregadas domésticas na primeira década do século XXI, no oeste e no sudoeste da região metropolitana de São Paulo. Revista do Departamento de Geografia, (spe), p. 437-454, 2014. https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.532

MASSEY, Doreen. Power-geometry and a progressive sense of place. In: BIRD, Jon (org.). Mapping the Futures: local cultures, global change. London: Routledge, 1993. pp.60-70.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: ARANTES, Antonio (org.). O espaço da diferença. Campinas: Papirus, 2000. p. 176-185.

MIGNOLO, Walter. Histórias locais / projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. 1 ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020 [2000].

MONK, Janice; HANSON, Susan. On Not Excluding Half of the Human in Human Geography. The Professional Geographer, v. 34, n. 1, p. 11-23, maio, 2010 [1982]. https://doi.org/10.1111/j.0033-0124.1982.00011.x

OLIVEIRA, Anita Loureiro de. A espacialidade aberta e relacional do lar: a arte de conciliar maternidade, trabalho doméstico e remoto na pandemia da Covid-19. Revista Tamoios, São Gonçalo, v. 16, n. 1, p. 154-166, 2020. https://doi.org/10.12957/tamoios.2020.50448

PINTO, Vagner André. Gênero e vivência cotidiana na instituição do espaço da produção científica geográfica paranaense. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa: UEPG, 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, p. 107-130, 2005.

REZENDE, Bibiana Conceição. De escravas a vagabundas: as trabalhadoras domésticas e o não-trabalho na transição do século XIX para o século XX. PEGADA - A Revista da Geografia do Trabalho, v. 20, n. 1, p. 237–249, 2019. https://doi.org/10.33026/peg.v20i1.6306

RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria. Interseccionalidad: Desigualdades, lugares y emociones. 1. Ed. Barcelona: Editorial Bellaterra, 2021. 200 p.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista. 1988. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth. Emprego doméstico e capitalismo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Avenir, 1979. 54 p.

SAFFIOTI, Heleieth. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. 3. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. Revista de História Regional, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2007. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2167.

SILVA, Joseli Maria. Fazendo Geografia: pluriversalidades sobre gênero e sexualidades. In: SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009a. pp.25-54.

SILVA, Joseli Maria. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista ao discurso geográfico brasileiro. In: SILVA, Joseli Maria. Geografias Subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidades. Ponta Grossa: Todapalavra, 2009b. pp.55-92.

SILVA, Joseli Maria; et al. Apresentações das jornadas sobre corpos na Geografia brasileira: trilhas equivocadas, rumos encontrados e nossas perpétuas provocações. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Márcio José; JÚNIOR, Alides Baptista Chimin (orgs.). Corpos e geografia: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. pp. 17-42.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por uma geografia do trabalho. PEGADA – A Revista da Geografia do Trabalho, v. 3, p. 4-26, 2011 [2002]. https://doi.org/10.33026/peg.v3i0.786

SOBRE A AUTORIA

Amanda Ribeiro Bezerra

Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2017), Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão (2021) e Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (em andamento). Atualmente desenvolve pesquisas sobre trabalhadoras domésticas, violência de gênero, interseccionalidade e os conceitos de escala da casa, espaço geográfico, lugar e cotidiano. Faz parte do Grupo de Estudos Territoriais (GETE) e do Grupo de Estudos e Pesquisas em Território e Trabalho (GETTRAB-UFMA).
ORCID: https://orcid.org/0000-0001-7806-5689
E-mail: amandaribeirob@hotmail.com

Joseli Maria Silva

Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPR e pesquisadora sênior do Programa de Pós-graduação em Geografia da UEPG. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1988), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1995), Doutorado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2002) e Pós-doutorado em Geografia e Gênero na Universidade Complutense (Espanha, Madrid, 2008). Pesquisa sobre gênero e sexualidades na produção científica geográfica brasileira.
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-2111-482X
E-mail: joseli.genero@gmail.com